

QUANDO O ESPAÇO SE TORNA *LOCUS* DE DISPUTA DE PODERES ENSAIO SOBRE UMA GEOPOLÍTICA URBANA EM RECIFE/PE

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹

RESUMO

Este texto discute o espaço urbano como *locus* de disputas de poderes ligados a interesses sóciopolíticos diversos, na perspectiva de esboçar a história de uma geopolítica urbana em Recife – PE. Primeiro, buscamos teorizar um pouco a geopolítica. Segundo, tratamos das escalas do acontecer da geopolítica em duas seções: a interurbana/regional e a intra-urbana/local. Por último, refletimos sobre um importante problema da geopolítica: o da construção de novos territórios e novas territorialidades, sobretudo, durante o longo processo de democratização brasileiro.

Palavras-chave: espaço, *locus* de disputa de poderes, geopolítica urbana, Recife.

ABSTRACT

This text discusses the urban space as a place of powerful disputes according to different social and political interests. Firstly, it shows up some points about the geopolitical theory. Second, it considers the regional and local scales of geopolitical into two parts. Finally, it aims to show an important problem of geopolitical: the problem of new territories and new territorialities construction during the long Brazilian democracy process.

Key-words: space, place of powerful disputes, urban geopolitical, Recife.

1. INTRODUÇÃO

Retomamos discussões sobre uma geopolítica urbana, tendo o espaço da cidade do Recife com seus diversos territórios, como instância de experiências geopolíticas. Mas por que uma geopolítica urbana? Porque o espaço urbano tem-se tornado ao longo da sua história – com o crescimento urbano, a urbanização e, por sua vez, a densidade cada vez maior de pessoas, fluxos e atividades econômicas – o *locus* privilegiado de disputas de poderes entre os seus diversos atores e agentes² sociais.

Até mesmo muitos protestos e manifestações inerentes a lutas sociais do campo, a exemplo das do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, também acontecem no espaço urbano. Isto porque, pela sua densidade histórico-geográfica, o uso deste espaço é

¹ Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cjmc@ufpe.br e claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br.

² Segundo Alain Touraine, enquanto o “ator” refere-se ao sujeito que atua no espaço na intenção de mudar a lógica do seu processo de produção, chegando mesmo a concretizar algumas das suas ações neste sentido (movimentos sociais urbanos, políticos e intelectuais comprometidos com a mudança social efetiva); o “agente” é aquele que age de acordo com as normas e determinações da estrutura social sem transformá-la, fazendo permanecer a organização sócio-territorial existente (o Estado autoritário, os políticos, intelectuais e movimentos sociais conservadores, etc.).

necessário para chamar a atenção da sociedade à realidade existencial daqueles trabalhadores, sensibilizando as autoridades que teriam condições técnicas e políticas efetivas para resolver seus problemas³.

As ações dos atores e agentes sociais sempre possuem uma porção apropriada, vivida e usada do espaço – território – como objeto de disputa e/ou de barganha no sentido da conquista de ganhos simultaneamente materiais (concretos) e imateriais (simbólicos) mediante os quais procuram conquistar o seu *direito à cidade*. Com efeito, não é mais o território *per se* que se torna alvo de disputas de poderes; mas também o uso do território, como meio de conquista do acesso a serviços e oportunidades concretas de inclusão social.

Trata-se de uma geopolítica mais flexível, deixando de lado o caráter rígido das suas lutas por ganhos apenas materiais e buscando conquistar também outros mecanismos que garantam a segurança nos seus próprios lugares de existência, no contexto de um mundo cada vez mais fragmentado e incerto. A ressurreição dessa geopolítica também implica no encorajamento e desenvolvimento de uma *fé no Vir-a-Ser* (HARVEY, 1992) de um outro modo de organizar e produzir o espaço levando em conta novas formas de organização, lutas e usos do território pelos diversos atores sociais, na busca da construção de um espaço à coletividade humana e não apenas a determinados grupos de privilegiados.

É verdade que a redução do poder das nações-Estado sobre as políticas fiscal e monetária, por exemplo, não foi acompanhada por nenhuma mudança paralela rumo a uma internacionalização da política. Com efeito:

há sinais abundantes de que o localismo e o nacionalismo se tornaram mais fortes justamente por causa da busca da segurança que o lugar sempre oferece em meio a todas as transformações que a acumulação flexível implica. A ressurreição da geopolítica e da fé na política carismática [...] se enquadra demasiadamente bem num mundo que é nutrido cada vez mais, em termos intelectuais e políticos, por um vasto fluxo de imagens efêmeras (HARVEY, 1992, p. 275).

Diante do exposto, este texto foi estruturado de modo a: resgatar conceitos fundamentais da geopolítica para explicar as dimensões essenciais de uma geopolítica urbana; e tentar mostrar a necessidade de se fazer uma análise científica da sociedade pelo uso político

³ Convém, ainda, dizer que as reivindicações desses trabalhadores são representadas, ao mesmo tempo, pelo desejo da posse de uma porção de terra para trabalhar, pela conquista do acesso ao mercado de trabalho/produção e pela inclusão na sociedade, como cidadãos.

que ela faz do seu espaço, visando à conquista do seu lugar – concreto e simbólico – no espaço urbano. Uma geopolítica urbana deve ser entendida como reflexão e *práxis* das relações de poder com o espaço que lhes serve ao mesmo tempo de suporte, fonte, recurso, condição e meio das suas próprias ações e da sua reflexão sobre essas ações.

2. DA GEOPOLÍTICA A UMA GEOPOLÍTICA URBANA, RUMO A ESCALAS MAIS PRÓXIMAS DAS PESSOAS...

A concepção de geopolítica é ampla e complexa, não se reduzindo a um subproduto de ações técnicas e pragmáticas da Geografia Política; mas ao mesmo tempo fazendo parte desta “subdisciplina” da Geografia. Tentando preterir qualquer confusão a respeito da sua definição e função social, já foi dito que:

[...] cabe à **geografia política** a tarefa nada trivial, dentre outras, de examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos *negócios territoriais* e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral (COSTA, 1992, p. 15) (destaques nossos e itálicos no original).

[...] enquanto à **geopolítica** caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e as estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira (Ibidem, p. 16) (destaque nosso).

Consideramos estas duas dimensões inter-relacionadas entre elas e articuladas à própria Geografia. Desse modo, a geografia política e a geopolítica são dimensões necessárias à prática e reflexão de uma mesma disciplina: a Geografia. Disciplina que, tradicionalmente, em diversas escalas do poder, tem auxiliado líderes dirigentes e outros segmentos da sociedade no que tange ao uso do espaço, influenciando numa organização espacial à intervenção política: AÇÃO. Ao mesmo tempo, a Geografia tem procurado refletir sobre essas ações inerentes aos vários poderes que circulam, como redes, na sociedade: TEORIA. Portanto, não podemos prescindir dessas duas dimensões tão importantes à elucidação das relações entre espaço usado e poderes e vice-versa. Buscando uma solução momentânea a essa confusão, preferimos reunir as duas dimensões num único termo: GEOPOLÍTICA. Assim, a geopolítica constitui, ao mesmo tempo, as ações e as reflexões acerca das relações dos poderes – macro e

micro – com os seus territórios e vice-versa, em qualquer escala de percepção, uso e abordagem do espaço geográfico.

O termo, geopolítica, não deve, portanto, ser compreendido como uma ação apenas dos Estados soberanos visando à conquista, ao controle, à manutenção e à defesa de territórios e *espacos vitais*. Mas também, segundo Yves Lacoste (1986), que desenvolveu o conceito de *géopolitique interne*, como um conceito que nos remete ao nível interno de um território nacional, visando às estratégias das forças, dos grupos, dos atores na sua relação com territórios desde os seus níveis locais – bairro, cidade, município –, passando pelo nível regional – estado federado, região –, até chegar aos níveis nacional e internacional. Para este mesmo autor, geopolítica compreende, assim, um conjunto de rivalidades essencialmente políticas que têm relações diretamente com territórios vividos e instituídos. Trata-se de rivalidades entre forças políticas que buscam, geralmente, cada uma em detrimento das outras, aumentar ou manter diversas formas e graus de poder sobre populações que se situam em territórios cujo controle é disputado.

Investindo na idéia de que os poderes e mesmo o Poder não são criações apenas do Estado, mas criações do exercício, em vários níveis e pontos diferentes no espaço, de redes sociais em permanente movimento, Foucault (1990) já nos alertava para considerar cinco precauções à análise dos poderes:

[...] captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (Ibidem, p. 182).

[...] em vez de formular o problema da alma central, [...] seria preciso procurar corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder.

[...] o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transição (Ibidem, p. 183).

Deve-se, antes, segundo este autor, fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados,

utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global (Ibidem, p. 184).

Tudo isto significa, segundo o mesmo autor, que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber [utilizando-se da organização espacial] que não são construções ideológicas (Ibidem, p. 186).

A delimitação de territórios tem constituído o fim ou o meio das estratégias rivais e do exercício do poder, levando grupos sociais “vitoriosos” a organizar o espaço em seu proveito e em detrimento dos adversários. Nesse contexto, o espaço urbano tem se tornado o principal espaço – nas suas escalas mais variadas – de articulação dessas ações no processo de formação histórico-territorial das cidades, sempre considerando a diversidade dos poderes (lembrada na citação acima) e das suas relações com os territórios usados. Esta perspectiva de análise e de explicação da realidade considera o espaço urbano como *lócus* de disputas para o exercício do poder e, por conseguinte, para a concretização de determinados objetivos e intenções os quais influenciam as decisões do poder não somente do Estado, mas também de outros atores e agentes sociais que estão explícitos e/ou implícitos na sociedade, tentando construir sua hegemonia.

Por isso, devemos resgatar o processo de formação do(s) território(s) urbano(s), pela elaboração de territorialidade(s), tendo em vista a conquista de uma vida com justiça sócio-territorial universalizada. Mas o que é **território**? O que é **territorialidade**? São questões importantes que não podem deixar de ser esclarecidas quando se fala em geopolítica. A compreensão do espaço como um território que é uma fonte de dissimetrias dramáticas implicando diferenciação, afirmação, reconhecimento e negação do outro, dos outros (BRUNET, 1981) também constitui uma das facetas desta complexa categoria de análise que é o espaço. O território constitui um espaço que, como um campo de ações e um campo de forças, é demarcado pelas criações e pelas vivências/experiências humanas num dado momento da história (BAILLY & BEGUIN, 1982) e, notadamente, como um espaço apropriado, usado pelos agentes e atores sócio-territoriais para alcançarem determinados fins. Tentando definir território de modo mais claro, Becker (1983, pp. 7-8) argumenta que:

[no] momento em que se retorna à análise das relações de poder, e se focaliza a prática espacial, o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto ‘produzido’ pela

prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social [destaque da autora] (BECKER, 1983, pp. 7-8).

Procurando explicar a gênese do território, Souza (1995, pp. 78-79) diz que o território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder e que a questão primordial nesta definição:

[...] não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por torná-lo ou mantê-lo, como exemplificam as palavras de Sun Tzu a propósito da conformação do terreno, mas o verdadeiro leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? [...] uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?

Quanto ao conceito de territorialidade, reportamo-nos às noções de defesa, de apropriação, de relações com alteridades (RAFFESTIN, 1980), bem como àquelas que dizem respeito ao sentimento de pertencimento social e territorial às redes e/ou aos fluxos de alianças estabelecidos no curso da história de vida dos atores locais movidos por diversos interesses e influências, aos sistemas de imagens, idéias e representações sociais e espaciais, às crenças, às expectativas, aos desejos, às relações entre os níveis local, regional, nacional e mundial, aos modelos de dominação, às estratégias de desenvolvimento, às continuidades e às rupturas históricas etc. Fundamentando-se em Raffestin, a territorialidade é:

[...] um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida quotidiana, representa a oposição do local ao universal; representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõe à malha abstrata,

concebida e imposta pelo poder do Estado. (destaques da autora)
(BECKER, *Ibidem*, p. 8).

Posteriormente, em outro trabalho, ainda com base em Raffestin e outros, Becker (1988) falou, de maneira mais precisa, do significado do território e da territorialidade para a sociedade, argumentando que:

[...] o território é o espaço da prática. Por um lado é o produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizando como meio para sua prática ...

[...] a territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, i.e., o território [é] a face vivida do poder [...]

[...] a territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, i.e., numa identidade de base territorial [...]

[...] a malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos (*Ibidem*, p. 108).

Na prática, as territorialidades constituem relações que aproximam a vida cotidiana da vida institucional, as dimensões do vivido e institucional. Neste sentido, Bitoun & Droulers (1987) já colocavam, no início do processo de democratização do Brasil, que:

O poder local [em Recife] passa a estabelecer relações cada vez mais formalizadas com as associações e procura desenvolver práticas participativas que, do nosso ponto de vista são também estratégias visando melhor conhecer e controlar o espaço urbano na sua diversidade. Assim, paulatinamente, o espaço transforma-se em territórios. Uma expressão deste processo seria encontrada no fortalecimento da malha político-administrativa quando ocorrem

emancipações de novos municípios e formação de novos distritos nas áreas de intensa urbanização da periferia da Região Metropolitana. Sem desconhecer os objetivos político-partidários destes eventos, constata-se que eles permitem a aproximação da população de sua administração. O exercício efetivo da cidadania encontra um quadro local; destacam-se novas lideranças que, no intuito de tornar coeso e legítimo o novo quadro jurídico-territorial, buscam com a população soluções para dotá-lo dos serviços básicos (BITOUN & DROULERS, 1987, p. 16; 1988).

Território constitui, portanto, o produto de práticas e experiências sociais calcadas dialeticamente em formas de uso do espaço; e as territorialidades constituem o conjunto dessas práticas e experiências da vida cotidiana dos diversos atores e agentes sociais que compõem uma sociedade e que acontecem ao longo de um processo histórico sempre inacabado, dinâmico e flexível.

As formas de enquadramento estatal da população urbana, observadas ao nível dos bairros (associações e conselhos de moradores) e dos municípios (federações de associações), correspondem bem à vontade de regulação; mas, para algo diferente, é preciso contar com o desenvolvimento de uma vida associativa autônoma baseada em porções do espaço urbano. Esses movimentos estruturados sobre uma base territorial podem constituir novos atores sociais com os quais o Estado e as autoridades políticas e técnicas locais devem contar, sem tentar manipulá-los (REVEL-MOUROZ, 1989). Trata-se de atores coletivos possuindo, na sua escala existencial, identidade de interesses, defendendo valores sócio-territoriais fundadores do seu grupo em oposição às estratégias dos administradores e gestores urbanos.

Reconhecemos neste contexto a importância de se resgatar os três princípios que, segundo Touraine (1989), configuram um movimento social: *principe d'identité*, *principe d'opposition* e *principe de totalité*. À luz de tais princípios, podemos deduzir que os diversos atores e agentes sociais organizam-se a partir do estabelecimento de relações com o território no qual e a partir do qual se articulam, deixando claro o que é e qual é o compromisso conjunto do grupo (princípio de identidade); delimitam os alvos – táticos e estratégicos – das suas lutas (princípio de oposição); e conseguem compreender a sua realidade existencial, articulando os seus interesses com os exteriores, ultrapassando a dimensão do tático para chegar à do estratégico (princípio de totalidade). Mas o conjunto desses princípios não deve ser apreendido de modo rígido e determinado visto que, além dos poderes se fazerem e circularem em redes, eles fazem parte de uma realidade cada vez mais flexível e incerta. A

constituição desses princípios depende também das especificidades histórico-territoriais inerentes a cada lugar.

Santos (1996, pp. 15-16) tentou recontextualizar o significado da noção de território para o momento da intensificação do processo de mundialização, ao qual se chama, também, de globalização, dizendo o seguinte:

[v]ivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Mas assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno [do território].

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através [...] de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os

mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares.

É nesse sentido que ainda podemos falar de geopolítica porque o território continua sendo usado como meio para se conseguir concretizar as intenções e os objetivos a cada grupo sócio-territorial nas cidades. Desse modo, analisamos os níveis de abordagem da geopolítica urbana: aqueles das escalas interurbana e intra-urbana. Hoje, portanto, uma geopolítica (urbana) ultrapassa o nível das lutas pela posse de territórios, construindo e articulando novas frentes de lutas que possuem intencionalidades diversas: permanecem as lutas pela conquista de porções do espaço urbano; mas ampliam-se também outros tipos de lutas tais como aquelas pelo consumo de espaços outros e pelo acesso a serviços e trabalho, condições, em seu conjunto, fundamentais ao *direito à cidade*.

3. A GEOPOLÍTICA NA ESCALA INTERURBANA/REGIONAL

Diferentemente da geopolítica clássica que se fundamentava ao nível territorial das escalas nacionais em disputa, complementando o que já o dissemos acima, hoje, os geógrafos devem considerar outras escalas múltiplas e diversas. Discutindo a importância destas escalas, Castro (2005, pp. 83-4) diz que:

[...] é preciso acrescentar e discutir que a complexidade do processo de globalização reside justamente na articulação entre as múltiplas escalas de ocorrência dos fenômenos políticos, nem sempre sincrônicos, e o modo como cada um se reflete em escalas territoriais diferenciadas. Portanto, se a geografia política do Estado como escala privilegiada de análise de alguns fenômenos deixou de ver outras escalas significativas dos espaços políticos, tomar a escala global como determinante certamente resultará numa visão incompleta das outras escalas do acontecer social e espacial.

Em todo processo de formação sócio-territorial de um lugar há o estabelecimento de relações de poder e disputa pelo controle de porções do espaço, objetivando, com o controle do espaço, construir o território que garanta a hegemonia dos grupos sociais na sociedade. Nesse sentido, Costa (1992, p. 27) diz que:

[...] toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um *espaço político*, uma dada *projeção territorializada* das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas. É evidente que à medida que a complexidade da organização social e política aumenta, e as diferentes sociedades passam a estruturar-se mediante sistemas formais de poder mais desenvolvidos, a tendência é que essas relações tornam-se mais *explícitas* e que a *nitidez do espaço político* também aumente. (itálicos no original).

No início da formação sócio-territorial do Recife, sobretudo após os efeitos econômicos do período da invasão holandesa, as suas elites dirigentes se formaram no âmbito de uma geopolítica regional na medida em que a consolidação do seu poder acontecia no processo dos embates político-administrativos com base em interesses territoriais, disputando com as elites de Olinda a hegemonia na capitania. Com efeito, as:

[...] duas povoações [Recife e Olinda] simbolizavam as posições dos dois grupos em que se dividia a classe dominante. Os originários de Portugal, sempre preocupados com maiores ligações com a metrópole e dependentes do comércio, procuravam transferir a Câmara Municipal e a sede do Governo da Capitania para o Recife, alegando a sua superioridade tanto quanto à posição geográfica, como quanto à população [...], enquanto os senhores de engenhos, que controlavam a Câmara Municipal, defendiam a sua permanência e a da sede do Governo em Olinda, alegando, naturalmente, a melhor qualificação dos seus habitantes (ANDRADE, 1979, pp. 82-83).

Houve momentos de fortes tensões, e mesmo de conflitos evidentes, entre grupos sociais sediados em Olinda e Recife. Dessa forma:

[...] disputas entre os senhores de engenho [estabelecidos em Olinda] e os comerciantes [estabelecidos em Recife] levou o Governo Português a procurar uma solução salomônica, não transferindo a sede da Câmara Municipal para o Recife, mas criando uma nova vila nessa povoação, dividindo assim a jurisdição do antigo termo de Olinda. A criação da vila provocaria uma luta entre Olinda e Recife (1709-11), que se concluiria com a

confirmação da decisão metropolitana, embora o termo de Olinda contornasse a própria povoação do Recife, de vez que bairros hoje centrais do Recife, como a Boa Vista e Santo Amaro, ficassem na jurisdição de Olinda (Ibidem, p. 83).

Trata-se, neste caso, exatamente da célebre *Guerra dos Mascates* a qual fora provisoriamente solucionada a partir de compensações territoriais. Mas as tensões continuavam latentes entre Olinda e Recife até à conquista efetiva e definitiva da hegemonia das elites do Recife sobre o território pernambucano, a partir do momento em que esta última tornou-se capital da província. Convém lembrar que, na visão de Andrade (Ibidem), “Olinda continuaria como cidade e a Capital de direito, mas o Recife era, desde o século XVIII, a Capital de fato, de Pernambuco”. O processo de consolidação da hegemonia das elites recifenses sobre o território pernambucano continuava a se (re)afirmar de modo cada vez mais forte:

[a]o iniciar-se o século XIX, a supremacia do Recife sobre Olinda era tal que os principais acontecimentos, as chamadas revoluções de 1817 e de 1824, se procederam nesta vila e não na Capital. Em 1827, finalmente, resolveu o Governo transferir-se provisoriamente para o Recife, sepultando as pretensões olindenses a comandar a vida política pernambucana. Nesse ano, porém, procura-se compensar a velha Capital, com a criação, no Mosteiro de São Bento, do Curso Jurídico, que serviria de marco inicial para a Faculdade de Direito do Recife, porque também ela se transferiria, posteriormente, para a cidade dos comerciantes e depois ainda para a própria Universidade Federal de Pernambuco (Ibidem, pp. 84-85).

Estas concessões visavam, também, à manutenção de uma posição intermediária do Estado entre Olinda e Recife, implantando atividades ora no território olindense, ora no território recifense; representando uma forma de divisão de responsabilidades entre ambas; uma geopolítica regional para manter a ordem estabelecida. Mas a busca pela supremacia do Recife, ou melhor, das elites aí estabelecidas, na região, continuou ocorrendo até à confirmação definitiva desta cidade como a capital da capitania. Desde então, essas elites dirigentes não pararam de reforçar a posição do Recife como uma grande cidade, até à atualidade. Ademais, pelas suas próprias necessidades de garantia da sua legitimidade na cidade, elas têm lançado mão, ao mesmo tempo, de uma geopolítica local cujos motivos serão

analisados na próxima seção. Com efeito, qualquer grupo social precisa de espaço para se constituir e reproduzir socialmente, e isto considerando as várias escadas do seu acontecer.

Foi também uma necessidade geopolítica que suscitou a criação, bem posteriormente, das regiões metropolitanas no Brasil, na medida em que muitas pessoas, atividades, fluxos e interesses sociais diversos concentrando-se nas grandes cidades mereceram a atenção do Estado. Instituída oficialmente em 1973, sobre uma superfície de 2.200 km², a Região Metropolitana do Recife/RMR compunha-se de 09 municípios: Igarassu, Itamaracá, Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Moreno, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho além, é claro, do município núcleo Recife. Em 1982, três distritos foram elevados à categoria de município: Abreu e Lima (Paulista), Camaragibe (São Lourenço da Mata) e Itapissuma (Igarassu). Em 1994, foi o município de Ipojuca e, em 1995, o de Araçoiaba (Igarassu), que se tornaram municípios da RMR. A institucionalização destas novas entidades político-territoriais evidencia a importância não somente do crescimento urbano e da urbanização, mas também a vontade de elites político-econômicas de gerirem os territórios mais próximos da cidade núcleo em busca de legitimidade e controle sócio-territorial de porções cada vez mais importantes do espaço federado.

Mas não existe geopolítica interurbana e geopolítica intra-urbana separadas uma da outra. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que ocorrem geopolíticas numa escala interurbana/regional, ocorrem também geopolíticas na escala intra-urbana/local; isto porque esses dois níveis de abordagem da geopolítica urbana acham-se dialeticamente articulados, formando uma totalidade dinâmica, estruturada e em contínuo processo de construção/reconstrução.

4. A GEOPOLÍTICA NA ESCALA INTRA-URBANA/LOCAL

Retomando a questão do porquê de uma geopolítica urbana, preferimos dizer que a luta por porções do espaço geográfico, tornando-as território de relações e vida sociais:

[...] se constrói dentro de um quadro restrito, ou melhor, a partir de uma certa estrutura que associa pessoas a uma forma física específica, a cidade. Estas pessoas, movidas por diferentes anseios e expectativas, estão reunidas sobre este terreno comum da cidade e aí desenvolvem relações orientadas e organizadas territorialmente (GOMES, 2002, p. 13).

Esses anseios e expectativas, em escalas mais próximas da vida das pessoas, norteiam, pois, as ações de pessoas e grupos sociais no espaço, e por meio do espaço, na busca do

aprimoramento das condições da sua existência: uns mandando, outros obedecendo, outros aceitando determinações externas e outros resistindo e esboçando táticas e estratégias alternativas àquelas determinações reforçadas pelos poderes instituídos.

4.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE UMA GEOPOLÍTICA URBANA LOCAL EM UMA CIDADE

Consolidada a posição de Recife como capital e centro urbano mais promissor e desenvolvido da província pernambucana, as atenções do Estado e da sociedade voltaram-se sobremaneira para o nível do espaço intra-urbano. A partir daí poderíamos dizer que começaram a acontecer as primeiras tentativas de execução de políticas urbanas na cidade do Recife, tendo tido as lutas sociais por melhores condições de moradia como fatores ativadores dessas políticas.

Visando atenuar aquelas lutas sociais, o Estado implementou um conjunto de ações sanitárias que faziam parte do chamado *movimento higienista*. Essas ações tiveram antecedentes históricos em Recife quando do período da administração do Marquês de Montebelo no início da última década do século XVII, mais precisamente entre 1690 e 1693, norteando-se pela idéia de que era preciso criar novas alternativas de organização do espaço urbano para melhor controlar as revoltas e adaptar a estrutura espacial da cidade aos novos fluxos do capitalismo mercantil. Tendo lugar nas ilhas de Recife e Antônio Vaz, as principais medidas tomadas traduziram-se, segundo Andrade (1969): na construção de cemitérios públicos fora da cidade visando combater a proliferação de doenças; na institucionalização da *causa mortis* para enterros em profundas valas bem fechadas; e na limpeza dos espaços públicos (varrição das ruas, delimitação de lugares para jogar os dejetos domésticos, etc.). Desde então, a cidade continuou a se expandir e as suas elites dirigentes sofisticaram cada vez mais as suas estratégias de uso intencional do espaço, transformando-o em seu território, pelos diversos tipos de urbanismo, pelo qual conseguiam reproduzir-se continuamente no poder.

Durante o século XIX, Recife conheceu um novo processo de crescimento urbano até então inaudito, em razão ora da retomada do crescimento do seu setor de mercado externo, ora do crescimento e expansão das atividades industriais e terciárias, chegando mesmo a produzir quase tudo de que necessitava (SINGER, 1977). Essa urbanização acelerada foi acompanhada de processos de renovação urbana que adaptou o espaço da cidade às necessidades do capitalismo industrial, embora essas ações não tenham considerado o forte contingente de pessoas que se achavam alijadas da economia urbana local e tenha passado por cima da história da cidade à maneira do que Correia de Andrade chamou de *fúria modernizante*.

No início do século XX, quando a questão urbana começou a ser encarada como um problema de saúde pública, as tensões sociais atinentes à habitação popular afloraram no bojo das relações Estado-Sociedade Civil. Nesse período, os *mocambos* e cortiços, habitações das camadas de mais baixa renda da sociedade já eram bastante expressivos. As elites dirigentes locais diziam que essas formas de habitação representavam grande ameaça à saúde pública da cidade visto que foram instaladas sem a mínima consideração para com os preceitos higiênicos, ameaçando também as camadas mais abastadas da sociedade. Desse modo, o forte crescimento urbano desigual da sociedade, associado novamente a políticas higienistas, suscitou algumas das medidas sanitaristas modernas. Assim:

[d]esde a segunda metade do século XIX, inicia-se uma enorme concentração de investimentos em obras públicas e no reaparelhamento das condições infra-estruturais, visando a satisfação de certos requisitos para a racionalização e o aumento da produção geral. [...] na virada do século proliferaram estudos e projetos para ampliação e modernização do sistema portuário de várias cidades [...] e de sua infra-estrutura (armazéns, transporte ferroviário urbano). Paralelamente às reformas portuárias elaboram-se uma série de serviços tipicamente urbanos: a melhoria das condições ambientais que se mostravam insalubres através da implementação de campanhas de higienização, de projetos de saneamento e de embelezamento estético das cidades. Portanto, a *melhoria da estética urbana e a higienização* [itálico no original], esta última em suas diversas facetas, constituem partes interligadas de qualquer projeto de intervenção urbana da época. E, neste sentido, podemos considerá-los como os dois grandes eixos da ação da República Velha no espaço urbano (MOREIRA, 1992, p. 186).

Moreira (Ibidem) ainda demonstrou, na sua pesquisa, que essas intervenções urbanísticas contribuíram muito para renovar vários espaços da cidade a fim de atender, sobretudo aos interesses dominantes. Tais intervenções se pautavam pelo alargamento e criação de grandes avenidas (constantemente implicando em grandes demolições), pela criação de parques e jardins, pela construção e reformas de edifícios públicos (com fachadas uniformemente neoclássicas e ecléticas), além de uma série de posturas que regulamentavam a construção, a disposição hidro-sanitária e o aspecto externo dos edifícios.

Recife conheceu um amplo processo de remodelação do seu espaço entre as duas primeiras décadas do século XX, compreendendo uma completa remodelação do bairro de mesmo nome (Recife) através do reaparelhamento do porto (1909-1926) e do plano de saneamento, implantado na cidade (1909-1915), de autoria do engenheiro Saturnino de Brito. A reforma urbana da cidade deu-se mediante a demolição de parte do tecido urbano colonial dando lugar às largas avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco, seguindo diretrizes do plano *haussmaniano*. Isso promoveu a elitização do uso e consumo do solo naquela área, no sentido de organizar o espaço urbano segundo as normas do urbanismo industrial, mesmo que isto tenha acontecido à custa da destruição do seu patrimônio histórico, artístico e cultural; bem como da expulsão de grande parcela da população que ali residia e mantinha as suas práticas cotidianas de vida. Será que este não foi o verdadeiro motivo dessas ações urbanísticas? O higienismo e a medicina, como instância de controle social, tiveram o espaço urbano como locus privilegiado na medida em que:

[...] ele é, talvez, o meio mais perigoso para a população. A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constituem fatores que desempenham um papel decisivo na morbidade dos habitantes (FOUCAULT, 1990, p. 201).

Além da necessidade, para as elites dirigentes da cidade, dessa *medicalização* do espaço urbano, convém lembrar do fato de que a concentração de famílias pobres e desocupadas em porções estratégicas próximas da área central da cidade, por onde ainda circulavam pessoas das classes sociais mais abastadas, representava um perigo latente e, às vezes, explícito. O *medo social urbano* das elites em relação aos amontoados de pobres localizados em porções do espaço urbano promovia a imediata necessidade de identificar os locais de acúmulo de gente pobre, os focos epidêmicos potenciais, visando combater esses males, dividir a cidade em zonas expulsando para a periferia dos centros urbanos os asilos, os cemitérios, os hospitais, os leprosários, as prisões, os sanatórios, etc., com o intuito de controlar melhor a circulação de pessoas e de mercadorias. Dessa forma, a *cidade doente* foi alvo mais uma vez, e desta vez de modo mais contundente, de uma série de diagnósticos visando à extirpação dos seus principais males, males que ameaçavam o poder das elites dirigentes enquanto agentes sociais. Ter-se-ia, assim, que repensar o seu território, as suas territorialidades.

Nos anos 1940, não se parou com a demolição de partes da cidade colonial. A abertura da Avenida Guararapes foi mais um exemplo disso. Todavia, foi o discurso funcional e técnico – baseado em critérios inerentes à circulação e ao tráfego – que predominou sobre o discurso higienista. Novamente, populações pobres foram expulsas das áreas centrais da cidade e negligenciando marcos históricos. A este respeito, em uma reportagem do Jornal do Commercio (15/10/2000) intitulada *igrejas desapareceram para dar passagem a grandes avenidas*, aborda-se o fato da destruição das Igrejas do Corpo Santo (em 1913) no bairro do Recife, da de Nossa Senhora do Paraíso (nos anos 1940) no bairro de Santo Antônio e do Bom Jesus dos Martírios (em 1973) no bairro de São José para abertura das avenidas Marquês de Olinda, Guararapes e Dantas Barreto, respectivamente. Estes foram passos dados para adaptar a cidade às novas necessidades do capitalismo, afastando pobres e “desocupados” daquelas áreas.

Além da implementação das medidas profiláticas e da busca pelo melhor funcionamento do espaço, aquelas ações pretendiam também reorientar o trabalho informal, a mendicância, os desocupados, a prostituição, a loucura, a embriaguez, a segurança com o intuito de mudar os costumes dos pobres. Estes foram, portanto, as maiores vítimas do higienismo como princípio urbanístico. E isso tudo era executado para atrair imigrantes e investimentos estrangeiros elaborando imagens de uma cidade moderna, próspera, civilizada, disciplinada e segura. Desse modo, o saneamento era acompanhado pelo embelezamento e pelo ordenamento e disciplinamento na cidade e todos os indivíduos que não se integravam à vida moderna (urbana), os pobres, eram excluídos e expulsos para áreas mais afastadas.

4.2. AGENTES DA GEOPOLÍTICA URBANA: DO ESTADO A OUTROS AGENTES

Passou-se, também, a primar pelo conforto das moradias de algumas das categorias de trabalhadores, isto é, daquelas úteis ao sistema capitalista. Neste sentido, as vilas operárias constituíam formas ideais para os proletários. Além disso, diz Moreira (*op. cit.*, p. 191) que:

[o] conforto enquanto estratégia de disciplinarização se constituiria em um processo de invasão da intimidade da família pobre que autorizaria gradualmente sensações de bem-estar através de vários equipamentos domiciliares. A arquitetura cooperou com esta cruzada ao orientar uma distribuição mais ordenada dos indivíduos em relação à habitação familiar: separar sexos, idades, pais e filhos.

Como se dizia, na época, uma casa para os proletários deveria ser saudável, sólida e econômica. Saudável porque o operário com saúde é o seu maior capital; e econômica porque

se poderia gastar o mínimo possível, atenuando a questão social a qual, naquela época, passava, sobretudo, pela resolução do dilema da habitação. O primeiro esboço de intervenção do Estado na questão habitacional, em Pernambuco, foi uma consequência da inserção dos trabalhadores urbanos no espaço político local. Por isso esses trabalhadores foram pouco a pouco conquistando um dos elementos fundamentais para a conquista do *direito à cidade*. Esse processo sempre se daria com avanços e recuos. Foi nesse contexto que o Estado deu continuidade à sua intervenção, no que tange à questão da habitação na cidade. Mas as ações do Estado davam-se muito mais no sentido da manutenção da estrutura sócio-territorial existente do que no da promoção do bem-estar social das camadas mais pobres da sociedade, dirigindo-se, assim, segundo Melo (1985, p. 47),

[...] mais à defesa da classe dominante do que à miséria da força de trabalho, não podendo, porquanto, ser entendida enquanto política de concessão às demandas da força de trabalho organizada, como parece ser o caso na conjuntura populista [...]

Na busca da construção do território das e para as elites, o que se faz também interessante a esse respeito é o fato de que, para o mesmo autor (p. 48):

[o] Poder Local passa a consolidar seu controle sobre o urbano, sempre numa perspectiva de saúde pública que culminara com o Projeto de Saneamento do Recife, em 1909 [...]. Nesse período é que o Prefeito Eudoro Correia, pelo Decreto de 04.11.1913, isenta de impostos as novas edificações salubres.

Paralelamente, conforme o mesmo autor, os trabalhadores urbanos começavam a se organizar em Recife⁴. Em 1909, os Ferroviários vinculados à *Great Western Railways* organizavam a primeira greve de grande importância na cidade. Com as mudanças ocorridas no seio das formas de organização dos trabalhadores na cidade, a partir de 1910, vê-se mudança no conteúdo da luta de classes na medida em que os trabalhadores passaram a desenvolver certa consciência de classe. Nesse sentido, formou-se a Federação dos Trabalhadores de Pernambuco (1914), cuja inspiração foi oriunda do Segundo Congresso Operário Brasileiro organizado e realizado um ano antes sob inspiração anarco-sindicalista. Em 1919, ocorrera a mais importante greve geral até então realizada em Recife da qual participaram, entre outras categorias do trabalho, aquelas dos operários da *Trammways*, dos

⁴ Para o tratamento desta questão, utilizamos o esboço de análise e de algumas idéias constantes do magistral trabalho sobre a luta por uma habitação de qualidade em Recife, de autoria do Prof. Dr. Marcus André de Melo. Trata-se mesmo de uma síntese do trabalho daquele autor.

ferroviários e dos trabalhadores das refinarias de açúcar. Em seguida, sob a liderança de Joaquim Pimenta, elaborou-se um projeto pequeno-burguês a fim de desmobilizar os operários pernambucanos. Em 1922, na gestão do governador Sérgio Loreto (1922-1929), sob a liderança local de Cristiano Cordeiro, o Partido Comunista Brasileiro/PCB fundou a sua seção no estado de Pernambuco, organizando o terreno para o desenvolvimento das lutas políticas. No âmbito do conjunto das reivindicações da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco, relacionadas com a questão habitacional, destacavam-se aquelas que diziam respeito à proibição da elevação dos aluguéis e à necessidade de se construir casas populares.

Ainda em 1922, eclodiu outra greve geral de grande importância a qual, naquele momento, ia de encontro à lei que previa um aumento de 50 % no Imposto Sobre Consumo, desencadeando severa repressão sobre os militantes, cujos líderes mais ativos foram enviados para Fernando de Noronha. Como, para se manter no poder, o Estado precisa fazer concessões aos grupos sociais que se organizam e lutam pela conquista dos seus direitos, o Governo Sérgio Loreto criou uma série de instituições voltadas à atenuação das tensões políticas: Diretoria de Saúde e Assistência para promover, pelo menos no plano do discurso político-administrativo, uma política social em Pernambuco, criando os chamados Refeitórios Populares em Santo Amaro com o objetivo de oferecer refeições a preço baixo aos trabalhadores; Assistência Judicial aos acidentes de trabalho; Escritório de Colocações visando à inserção de indivíduos no mercado do trabalho; bem como a Fundação A Casa Operária/FCO, objetivando a construção de casas para os trabalhadores do estado de Pernambuco.

Em 1924, Recife sofreu uma grande enchente que suscitou um enorme contingente de flagelados que engrossaram o conjunto daquelas famílias, concentradas em lugares pobres que reivindicavam uma solução eficaz e permanente para a questão da habitação. Nesse sentido, construíram-se, inicialmente, quatro Vilas Operárias: em Afogados (Vila de São Miguel), Arraial, em Gurjaú e Torre, espaços nos quais se achavam forte contingente de famílias pobres. A FCO foi praticamente substituída pela Campanha Social Contra o Mocambo/CSCM (1938). A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, a União passou a nomear interventores para administrar os estados federados. Dessa forma, Agamenon Magalhães, interventor em Pernambuco, consolidou, segundo as próprias palavras de Melo (*op. cit.*, p. 53):

[...] uma complementaridade entre o projeto burguês à escala nacional e a manutenção de estruturas coronelísticas e grupos

políticos arcaicos como os fornecedores de cana [...] aliçados do sistema produtivo com a expansão das usinas.

Naquele momento, a questão habitacional voltava à tona, baseada na problemática efetiva dos mocambos, cujos mocambeiros – os moradores de mocambos – passaram a ser as suas principais vítimas. O objetivo fundamental da criação da CSCM, segundo o mesmo autor, consistiu justamente em esvaziar a FCO do seu conteúdo ideológico de classe, mas substituindo-a por outro aparelho estatal vinculado ao poder autoritário do Estado Novo que visava fazer passar a idéia de que o problema habitacional, cuja solução era alvo de lutas e reivindicações constantes, continuava a ser objeto da atenção do Estado. Em 1939, criou-se a Liga Social Contra o Mocambo/LSCM cujo objetivo crucial residia na promoção da extinção dos mocambos, encorajando a construção de casas com o mínimo de condições de higiene e de fácil aquisição para as camadas menos abastadas da sociedade local. Tratava-se do modo mais eficiente de entrar o avanço do comunismo pelo acesso à casa própria, amenizando tensões sociais e mobilizações, promovendo o desejo da manutenção da ordem social estabelecida, visto que ninguém vai querer perder a propriedade adquirida com tanta luta. É por isso que a conquista da propriedade dificulta a construção de uma sociedade de cidadãos completos; constituindo assim o que Milton Santos chamava de estratégia de enquadramento à cidade voltada notadamente para o consumo.

A LSCM, em parceria com os vários Institutos de Aposentadoria e Pensão, executara um processo de demolição sistemática dos mocambos entre os anos de 1940 e 1945 e a construção de casas populares. Não se respeitava também o prazo para o pagamento das indenizações, muitas das quais não eram pagas e a execução de práticas de repressão e violência contra os mocambeiros eram utilizadas pelos promotores da política urbana em Recife. Desse modo, ainda de acordo com suas próprias palavras:

[...] a lógica que presidiu efetivamente a alocação social dos mocambos [...] era claramente clientelística, e sofria forte influência de políticos notáveis. Reiteradamente eram endereçadas ao Conselho do SSCM, petições individuais solicitando utensílios de trabalho, ajudas para reformas, etc. [...] (MELO, *Ibidem*, p. 58).

Assim sendo, o Estado territorializou a questão do acesso à habitação, como o faz com tantas outras questões, visando controlar a sociedade. Territorializar, neste sentido, significa:

[...] o movimento de um agente titular no ato de presidir a lógica da distribuição de objetos sobre uma dada superfície e de, simultaneamente, controlar as dinâmicas que afetam as práticas

sociais que aí terão lugar. O território é, pois, neste sentido, parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder (GOMES, 2002, p. 12).

Ao contrário do que ocorrera na região do Centro-Sul do Brasil na qual as vilas operárias tinham sido instaladas nas primeiras décadas do século XX, a maioria das Vilas Operárias das fábricas e das usinas em Pernambuco foi construída nos anos 1940. Em 1945, a LSCM, entidade privada com fins “humanitários”, foi transformada em Serviço Social Contra o Mocambo/SSCM, autarquia estadual, cujos objetivos permaneceram os mesmos. Sob a nova conjuntura política do país, no Após-Guerra, a Campanha Contra o Mocambo conheceu um processo de letargia em virtude, sobretudo, do desengajamento de vários setores da sociedade civil local (os Institutos de Aposentadorias e Pensões). Entre 1948 e 1951, durante a gestão de Barbosa Lima Sobrinho foi promovida a construção de 588 casas que formaram a Vila do Engenho do Meio cuja execução foi feita em colaboração com a (re)criação da Fundação da Casa Popular. Assim, o SSCM foi perdendo progressivamente a sua força no âmbito da política urbana em Recife.

O espaço urbano era, progressivamente, politizado não somente quando o Estado, através da LSCM, passava a intervir no uso do solo urbano, definindo as áreas a serem urbanizadas. Mas o poder do Estado nunca é o único no processo de construção do espaço social, na medida em que ele confronta com outros poderes, inclusive com diversos micropoderes existentes no espaço. E é deste confronto que se formam e se reformulam outros territórios e outras territorialidades. Assim sendo, quando os pobres, organizados e mobilizados, começavam a participar dessa dinâmica sócio-territorial, lutando para garantir a ocupação dos terrenos onde estavam instalados e também reivindicando acesso a obras de infra-estrutura e equipamentos coletivos – água, energia elétrica, esgoto, transporte, escola, etc. – para obterem melhor qualidade de vida, também conquistavam o seu espaço na cidade. Eram novos territórios que se construam e novas territorialidades que se esboçavam para garantir um espaço que lhes assegurasse o seu *direito à cidade*.

4.3. ALGO COMEÇOU A MUDAR NA GEOPOLÍTICA URBANA LOCAL QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM DEFINITIVAMENTE EM CENA, OS ATORES SOCIAIS

No que tange à formação de organizações populares de bairros, Recife possui uma experiência muito rica capaz de, a qualquer momento, mobilizar recursos à participação (CASTILHO, 2002). A partir dos anos 1930 e, sobretudo, do período que se estende de 1955

a 1964 ressurgiram muitas organizações populares na cidade e RMR, por meio das quais novos personagens entraram em cena na busca da conquista do seu direito à cidade, os pobres. Existe, segundo Cezar (1985), polêmica no seio do pensamento sociológico e político pernambucano que tenta explicar o surgimento dessas tentativas de organizações ora a partir de iniciativas de uma vanguarda (partidos políticos: PCB, PSB; Estado: Prefeitura do Recife; Intelectuais, etc.) ora de iniciativas “espontâneas” (autônomas) baseadas notadamente na percepção e autoconsciência das precárias condições materiais/espaciais de existência dessa população. Para nós, entretanto, deve-se considerar tanto as iniciativas de vanguarda de partidos políticos e intelectuais, quanto às autônomas oriundas da própria dinâmica social dessas populações.

Segundo Cezar (1985), em 1931 já havia registro, em Cartório, da Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel (em Afogados), podendo ser sócios todos os indivíduos que possuíssem mocambos, casa ou outro imóvel qualquer instalados sobre terrenos aforados. Em 1948, fundou-se a Sociedade Mista Largo do Viveiro de Afogados e a Sociedade Beneficente Mista 30 de Setembro, na Mustardinha. Surgiu também, no mesmo período, a Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios. Notemos que essas organizações sempre têm uma referência territorial, e muitas vezes tiveram apoio do PCB que, um ano anterior, havia criado os *Comitês Populares Democráticos de Bairro*. A especificidade do caso brasileiro reside no fato de que o Estado tem se antecipado, muitas vezes, à mobilização social, organizando os descontentes em corporações sócio-territoriais algumas vezes sob posturas autoritárias de poder. Ademais, a política urbana brasileira não pode ser analisada apenas a partir do resgate das contradições engendradas no seio do consumo coletivo.

Conforme a mesma autora, a eleição do Prefeito Pelópidas Silveira (1955) pela *Frente do Recife*⁵, após um período de sessenta anos de *prefeitos biônicos*, representou um marco importante no processo de organização social dos pobres, na medida em que o novo prefeito voltava-se para eles, estimulando a sua participação na gestão da cidade. No entanto, cabe ressaltar que Pelópidas não tinha conseguido fazer a maioria na Câmara Municipal, fazendo-o buscar apoio direto nos segmentos sociais pobres da população recifense, a maioria, com o intuito de pressionar a Câmara – constituída na sua maioria por forças conservadoras – para a

⁵ A Frente do Recife é uma coligação político-partidária com representantes das principais forças progressistas: PCB que se achava na ilegalidade naquele período, Partido Socialista Brasileiro/PSB, Partido Trabalhista Brasileiro/PTB e membros da União Democrática Nacional/UDN; prática que fora retomada pelas elites locais durante o processo de transição democrática brasileiro, com a crise do regime autoritário que se instalara no país a partir de 1964.

aprovação das propostas da Prefeitura. A preocupação crucial da Prefeitura era organizar os pobres visando ao atendimento às reivindicações prioritárias de cada território, discutindo apenas problemas administrativos inerentes ao bairro e não temas ligados à Política.

As principais reivindicações das associações de moradores continuavam a ser: acesso à propriedade da terra, obras de infra-estrutura urbana e equipamentos coletivos (calçamento, galerias pluviais, aterros, energia elétrica, escolas, postos de abastecimento de alimentos, transportes coletivos, etc.); tudo referente à organização territorial do lugar. O que é importante para os cidadãos na medida em que, como dizia Santos (1987), o valor do indivíduo depende do lugar de onde ele vem. Entretanto, algumas das associações populares ultrapassavam essas discussões de ordem local: a Associação dos Amigos do Sítio Berardo, por exemplo, também se preocupava com a promoção da classe operária; a Associação de Bairro Defensora dos Moradores do Alto do Mandú pretendia educar seus membros para o desenvolvimento de valores ligados à democracia, ao nacionalismo, à independência econômica do Brasil e às reformas de base.

Para a realização das obras prioritárias nos territórios dos pobres que solicitavam a presença da Prefeitura, Pelópidas Silveira havia implementado a primeira tentativa de desconcentração da gestão do território urbano da cidade, as *Audiências Populares*, ou seja, em lugar de se realizarem apenas na Prefeitura, parte das reuniões com os moradores era realizada nos seus próprios bairros, promovendo o melhor conhecimento da realidade local a ser administrada pela Prefeitura, facilitando a sua gestão político-administrativa. Dessa forma, a Prefeitura passava a dividir as suas responsabilidades com a sociedade, promovendo, também, o regime de mutirão à realização de obras em cada território.

Passando a estabelecer contatos diretos com as associações de bairro, a Prefeitura “quebrava” o clientelismo político dos vereadores da Câmara Municipal a qual reagiu ferozmente, com o respaldo da Secretaria de Segurança Pública do Governo Estadual Cordeiro de Farias contra o Prefeito e as associações taxando-os de *comunistas*, fazendo intimidações aos líderes populares e apreendendo os materiais ditos subversivos. Os vereadores perderam, assim, seu papel de intermediários entre os bairros – os seus *currais eleitorais* – e a Prefeitura, na medida em que as obras ali realizadas não podiam mais ser percebidas como uma reivindicação atendida pelo vereador X ou Y, mas diretamente pela Prefeitura.

Miguel Arraes de Alencar, que sucedeu Pelópidas Silveira na Prefeitura do Recife, possuía pretensões políticas mais abrangentes. Por isto, ele deu continuidade à proposta de Pelópidas, mas, também, voltou-se para os territórios das populações mais abastadas, a

exemplo dos recursos investidos em Boa Viagem. Por outro lado, Arraes era mais flexível do que Pelópidas, atendendo não somente às reivindicações das associações dos moradores, mas também àquelas dos vereadores. A criação mais importante do Governo Municipal de Miguel Arraes foi o *Movimento de Cultura Popular/MCP* (1959) cujos núcleos, muitas vezes, eram instalados em escolas, sedes de associações de moradores, centros culturais e igrejas comprometidas com a filosofia do MCP.

Com o apoio de Miguel Arraes, as associações de moradores proliferaram e ganharam mais forças, passando a se preocupar também com atividades educativas e culturais, com atos de apoio às greves de trabalhadores, com as reformas de base de Jango e com o próprio Governo Miguel Arraes num contexto histórico em que as instituições governamentais eram constantemente ameaçadas pela volta do autoritarismo ao país. Com isso, o nível de organização das associações de moradores chegou a uma fase tão elevada que elas passavam a se articular em federações a exemplo da Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco/FABEP. As associações de Casa Amarela, Torrões, Mangueira, São José, Santo Antônio, Beberibe, Dois Unidos, Linha do Tiro, Pina e Engenho do Meio, dentre outras, deliberaram pela criação da referida federação a qual tinha como principal objetivo, disse Cezar (*op. cit.*, p. 170):

[...] Criar, instalar ou defender [...] associações reivindicativas de legítimos interesses coletivos e nacionalistas.

[...] Organizar e instalar a Associação de Foreiros do Recife.

[...] Defender intransigentemente [...] todas as associações reivindicativas, em questões atinentes à defesa da democracia e dos princípios nacionalistas, à formação de uma frente nacional pró-desenvolvimento e independência econômica do país, à reforma [...] da Constituição Brasileira e ao interesse particular de cada uma das ditas associações, em face dos que se tornem seus opositores no campo das reivindicações populares.

[...] Reunir assembléias das associações integrantes desta Federação para debater problemas comuns de reforma agrária e urbana, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, abastecimento de gêneros alimentícios e de água, defesa da fauna e das reservas florestais e minerais, defesa da indústria nacional, habitação,

transporte, bem-estar, saúde, educação, alfabetização e ensino técnico-profissional.

No início de 1964, ano do golpe de Estado liderado pelos militares, criaram-se vários departamentos na FABEP dentre os quais se destacaram os de Cultura e Ensino, Engenharia bem como os Jurídico, Médico e Político, visando a consolidação da sua participação no espaço público. Trata-se, pois, de bandeiras globais de lutas que apontavam para passagem do nível de ações táticas para o de ações estratégicas – princípios de identidade, oposição e totalidade em formação? –, no sentido da construção de uma organização sócio-espacial mais justa, ainda que esta fosse liberal. Os poderes públicos locais – estadual e municipal – passavam a assumir novas posturas de gestão do território urbano: recusando-se a reprimir os mocambeiros e permitindo a construção de outros mocambos em terrenos desocupados.

Naquele período, o Banco Interamericano para o Desenvolvimento/BID, instituição financeira que administrava e alocava recursos financeiros envolvidos com a execução dos programas da Aliança para o Progresso, divulgou a liberação de recursos para “a construção de 8 500 casas em Pernambuco, das quais 2.000 em Cajueiro Seco, tendo como meta atingir famílias com renda de até 4 salários mínimos”, conforme Melo (*op. cit.*, p. 63). Esta vila formou-se:

[...] a partir de uma experiência de autoconstrução em taipa, coordenada pelo SSCM e realizada conjuntamente com os moradores dos mocambos que haviam ocupado os Montes dos Guararapes, sítio histórico de Jaboatão. A ampla mobilização desses moradores [...] encontrou espaço no projeto populista radicalizante do governo do Estado e implicou numa solução atípica na Prática de Política Habitacional, prevalecente no período 1945-1960. [...] Em primeiro lugar, por adotar-se a técnica construtiva tradicional dos mocambos e, em segundo lugar, por tratar-se de uma experiência de **ajuda mútua dirigida**. A experiência parece ter constituído um **caso limite** [destaques do autor] da política habitacional populista (MELO, *op. cit.* pp. 63-64).

Contudo, em 1962, foi criada, também, a União dos Bairros do Recife/UBR que não tinha sede própria e objetivava controlar as organizações de moradores instaladas em cada território da cidade. As uniões mais atuantes eram as de Afogados, Alto dos Coqueiros, Bongi, Mustardinha, Pacheco e Pina. Diferente das organizações que compunham a Frente do

Recife, elas não discutiam e não se envolviam com problemas políticos, limitando-se a fazer reivindicações funcionais para os seus bairros⁶.

Conclui-se que o espaço urbano tornou-se, efetivamente, o *locus* privilegiado das tensões e dos conflitos entre grupos sociais territorializados e isto em razão do fato de que o modelo de Estado que se esboçava no Brasil àquele período (1955-1964) tinha-se aproximado do modelo (ideal) de Estado democrático de modo a contribuir para que os cidadãos passassem da condição de simples consumidor de bens e serviços à de cidadão. Dessa forma, a sua atuação não se limitava apenas à esfera do mercado e do consumo, mas ao mesmo tempo à esfera política, buscando participar das decisões que concerniam aos seus territórios de vida.

5. NOVOS TERRITÓRIOS, NOVAS TERRITORIALIDADES: RECUOS, RESISTÊNCIAS E RETOMADAS EM UM PROCESSO DISCUTÍVEL DE DEMOCRATIZAÇÃO...

Todavia, a tentativa de construção de um modelo cívico, no Brasil, não se concretizou visto que o golpe de Estado (1964), a partir do qual se instaurava o regime militar, rompeu bruscamente com o processo de construção da cidadania que se vinha, antes, gestando no país. Mas, apesar deste recuo, o Estado autoritário continuou a permitir algumas iniciativas de associação à condição que estas acontecessem sob as asas e o patrocínio de entidades reconhecidas pelo regime militar, substituindo as instituições de cunho contestador que haviam surgido e se formado livremente até 1964.

O retorno dos movimentos sociais urbanos teve lugar ao final dos anos 1960 mediante o trabalho da Operação Esperança, coordenada pelo arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara, que tinha por finalidade precípua a reconstrução das casas destruídas pelas inundações que assolaram o espaço municipal. Foi essa tentativa (funcional?) de organização social que deu origem à criação das associações de moradores, as quais reforçaram a formação de territorialidades diversas. Como o regime autoritário não permitia a (re)organização da sociedade civil, vale reiterar, elas tinham de se formar sob as asas de instituições que as protegessem como a Arquidiocese de Olinda e Recife e a Comissão de Justiça e Paz. Paulatinamente, as lutas dos moradores pretendiam ir mais além, reivindicando soluções para resolver os problemas atinentes às expulsões de áreas ocupadas valorizadas da cidade – contra a violência policial e falta de assistência judicial.

⁶ Dizem até que elas recebiam dinheiro da Aliança Para o Progresso e apoio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática/IBAD.

Desde a segunda metade da década de 70 do século passado, o Estado brasileiro conheceu dois fenômenos que passaram a exercer forte influência no destino da sua organização sócio-territorial: aprofundamento da crise econômico-financeira (de 1973/1974, 1981/1982, etc.) e processo de “democratização” das suas instituições políticas, administrativas, sociais, culturais e territoriais. A ruptura brutal dos planos de desenvolvimento nacional, baseados nos grandes projetos – Brasil Grande Potência do Hemisfério Sul, fundamentado em corifeus do calibre de um Golbery Couto e Silva –, suscitou outras estratégias de ação em todos os níveis da sociedade brasileira. A idéia de planejamento do Estado perdera a sua força e o seu vigor no momento em que o modelo sócio-econômico adotado até então começara a ruir. A fragilidade crescente do planejamento do Estado central e autoritário suscitou o retorno de práticas “descentralizadoras” de gestão político-administrativa e organização do território. Os territórios locais valorizavam-se e os grupos sociais que os ocupavam e usavam tornaram-se os principais agentes promotores do desenvolvimento diante do papel da União. Por outro lado, já havia também experiências acumuladas e recursos a serem mobilizados à reorganização sócio-territorial do povo.

Todavia, na visão de Revel-Mouroz (1989), como os territórios locais constituem efetivamente suporte e condição das iniciativas e dos projetos que reforçam a coesão da economia nacional, eles constituem uma via de re-legitimação do poder central, centralização por consenso. O Estado central seria levado, assim, a procurar uma legitimação renovada pelas novas formas de controle social e territorial, particularmente nos níveis local e urbano onde sempre se ressentem diretamente os efeitos da crise. Uma transferência de competências às escalas dos estados federados e dos municípios não excluiriam, porém, a intervenção direta dos serviços centrais do Estado em razão das insuficiências dos meios técnicos e financeiros das coletividades locais; da mesma forma é ao nível do Estado que se mantém a arbitragem entre os interesses locais antagônicos.

O retorno aos governos civis, durante a década de 80, associado às precárias condições materiais e existenciais dos cidadãos, agravadas pela crise econômico-financeira do Estado, acima mencionada, suscitou várias formas de organização social que permitiram a canalização das principais aspirações dos cidadãos, mormente daqueles que tinham sido alijados dos benefícios auferidos com o *milagre econômico*. Mas existe forte diferença entre as ações funcionais reivindicando o acesso a bens e propriedades – consumo – e as estruturais que visam ao bem-estar social.

Santos (1987) chamou nossa atenção para o fato de que a ideologia do consumo impregna e entrava a continuidade do processo de constituição do modelo cívico à medida

que não se faz distinção entre reivindicações funcionais e mudanças estruturais. Por exemplo, busca-se mais a casa própria e o acesso a equipamentos urbanos, esquecendo-se de que o que é mais importante é o morar decentemente; busca-se mais a escola, o posto de saúde, a delegacia, esquecendo-se da garantia efetiva à educação, à saúde, à segurança e assim por diante por serviços sociais. Ademais quando se conseguem um desses objetos de consumo coletivo, as forças sociais, que num determinado momento se formaram para conquistá-los, muitas vezes, desmobilizam-se, passando por processo de fragmentação (CASTILHO, 1992; 1994). A reivindicação pelos direitos sociais tem passado, assim, mais pela conquista da acessibilidade do que pela garantia da qualidade dos serviços prestados na cidade. À medida que se confundia cidadania com consumismo, os serviços públicos apareciam mais como conquistas individuais do que como direitos adquiridos e garantidos pela Carta Magna. Vale ainda ressaltar que, somente para tomar um exemplo, quando a educação é:

[...] feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida (SANTOS, 1987, p. 156).

Naquele período, movimentos sociais urbanos, a partir dos territórios dos pobres, esforçaram-se para afirmar o direito das suas populações à cidade. O governo municipal, mais sensível às questões sociais, tentou impor algumas regras importantes para dar proteção aos grupos sociais mais desprovidos na cidade, não como dádiva de exterioridades como o Estado, mas como produto social. O espaço municipal – da cidade – do Recife é, pois:

[...] um recorte espacial possível para a análise porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do cotidiano social (CASTRO, 2005, p. 205).

Por outro lado, estava-se diante de grupos sociais que se re-organizavam com base no seu território vivido, construindo-o mediante territorialidades autônomas e independentes com relação a agentes externos: Estado, partido, igrejas, etc. Esses diferentes usos do território promoveram práticas, percepções e construções também diferenciadas ao nível do espaço urbano. Uma dessas experiências é a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS, promulgada na lei de uso e ocupação do solo urbano do Recife (1983). Em um primeiro momento, de 147 zonas de ocupação irregular, foram definidas 23 ZEIS. Até 1993, tinham sido delimitadas legalmente 36 ZEIS das quais apenas 17 tinham Comissão de Urbanização e

Legalização/COMUL (UMA política..., 1999). Hoje existem 66 ZEIS das quais 33 possuem COMUL.

Segundo, ainda, Bitoun & Droulers (1987) intenção da municipalidade era garantir o direito da propriedade aos seus habitantes, evitando a especulação imobiliária nos seus territórios, implementando planos de urbanização. Em 1986, um projeto de lei foi submetido ao novo Prefeito, para obtenção de novas delimitações e execução de mecanismos de proteção de registro dos imóveis. O tamanho máximo foi fixado em 150m² e um cadastro estabeleceu o modelo médio do lote de cada zona. Os habitantes em associação podem reivindicar das autoridades municipais sua inserção nas novas ZEIS, obtendo a elaboração do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social/PREZEIS. Desde 1986, campanhas de conscientização foram empreendidas em todos os territórios de “invasão” com a distribuição de desenhos animados demonstrando a necessidade de lutarem juntos, pressionando os vereadores a lutarem também para a obtenção da ampliação e aplicação da lei de uso do solo em benefício dos mais desfavorecidos, contra a especulação imobiliária na cidade.

Em Recife, o prefeito eleito em 1985 gozava de uma real popularidade pessoal e de um corpo técnico-administrativo competente e comprometido com a transformação social, conduzindo ação sistemática de organização das relações diretas entre o executivo e as organizações populares. Nesse sentido, implementou-se, sobretudo ao nível do discurso político da “descentralização” político-administrativa da gestão do espaço urbano, mediante a criação de um banco de dados sobre as reivindicações populares que deu suporte ao programa *Prefeitura nos Bairros*. De acordo com este programa, retomando práticas democráticas de gestão urbana baseada nas *audiências populares* do período 1955-1964, sob o lema “É povo de novo!”, a cada mês, o Prefeito e seus secretários realizavam reuniões de trabalho nos bairros para que a população, por intermédio das suas lideranças, pudesse “participar” e acompanhar o que o governo municipal estava realizando na cidade. Apesar destas práticas terem enveredado pelo caminho da demagogia e do populismo, elas contribuíram à retomada da politização dos problemas urbanos, ao reconhecimento e à legitimação de muitas das lideranças sócio-territoriais locais. Não se pode mudar a sociedade da noite para o dia, sobretudo numa realidade em que a maioria das pessoas vive sob condições precárias de vida e não tem acesso à cidadania.

Muitas lacunas ainda permaneceram no processo de democratização do país, fazendo-nos crer que alguns políticos utilizam-se da democracia enquanto discurso, mas não a concretizam *de facto*: em vez de descentralização sócio-territorial do poder do Estado o que se viu foi mais o esboço de tentativas de divisão de responsabilidades; em vez de participação

efetiva da sociedade o que se viu foram consultas populares, não se discutindo o Orçamento Municipal. Além do discurso da descentralização da máquina estatal, também foi importante o da “participação” de setores da sociedade na gestão pública do Estado. Esse é:

[...] o discurso novo do planejamento, novo, mas só em aparência, porque carente de um conteúdo realmente novo, vale-se de acentos retóricos, como, por exemplo, a fastidiosa alusão à *participação* (em itálico no original), coisa que, por falta de definição, não se pode reconhecer, e por falta de uma vontade política, não pode ser definida nem implementada [...] (SANTOS, 1987, p. 131).

Nesse processo, surgiram novos agentes/atores técnicos (arquitetos, advogados, jornalistas, engenheiros, médicos, geógrafos), políticos dos partidos de tendências mais à esquerda (parte do PMDB, PSB, PT), líderes comunitários etc. os quais passaram a disputar a hegemonia do espaço urbano. Passada a fase da esperança na mudança, ingressou-se na de desencanto para com os movimentos sociais e mobilização com base em territórios organizados. Neste período, mais precisamente no curso dos anos 90 do século XX, em decorrência da desmobilização social, o Estado retomou ações conservadoras calcadas no *empreendedorismo urbano*.

Após esta fase e em concomitância com essa experiência, esboçam-se, atualmente, práticas de gestão e planejamento urbanos calcadas em instrumentos aparentemente mais democráticas de administração da coisa pública, com o *Orçamento Participativo*. Este é um dos tantos instrumentos da democratização – direta – da administração municipal sendo apresentado ainda ao início do mandato dos políticos que assumem o compromisso com uma gestão “radicalmente democrática”. No entanto, para o aprimoramento da democracia, faz-se necessário continuar discutindo, democraticamente e com a participação efetiva de todos os interessados, as relações sócio-territoriais que envolvem os diversos poderes que influenciam no processo de produção do espaço, elucidando a geopolítica urbana das cidades. Indagamos a que interesses serviram as estratégias territoriais de poder das audiências populares, dos núcleos de gestão comunitários (os *barracões*), da prefeitura nos bairros e do orçamento participativo? Cabe, então, à geografia:

[...] mostrar como o espaço é uma dimensão inescapável dos conflitos e como o território é a arena fundadora da política e das condições necessárias à existência e durabilidade da *pólis*. (itálico no original) (CASTRO, *op. cit.* p. 108).

Esta fase atual da geopolítica urbana, em Recife, será abordada posteriormente, de modo mais aprofundado, a partir dos resultados de pesquisas que temos realizado nos últimos anos sobre a temática.

6. CONCLUSÕES

Tentamos mostrar, buscando provocar um debate, o tema da geopolítica urbana, através da análise de territorialidades na cidade do Recife, *lócus* privilegiado de poderes e disputas entre diversos grupos sociais, como agentes e atores sócio-territoriais, que se apropriaram do espaço, organizando-o segundo intencionalidades diversas, conquistando seu lugar na complexidade da vida urbana.

Partimos, primeiramente, da definição dos termos geopolítica, geopolítica urbana, território e territorialidade que fundamentam a teoria e a prática da geopolítica. A reflexão sobre a geopolítica urbana justificou-se, notadamente, pela importância que os processos de crescimento urbano, urbanização e densificação de pessoas, atividades humanas e fluxos adquiriram nos últimos tempos. Por isto é que o espaço urbano tornou-se o *lócus*, por excelência, da reflexão e experiência de práticas sociais à concretização do desenvolvimento urbano.

Em seguida, tentamos esboçar a geopolítica na escala interurbana, ou seja, ao nível do regional, enfocando mormente as relações de poder e de disputa de um espaço regional por cidades rivais, reforçando e legitimando o poder de elites hegemônicas de uma única cidade no âmbito regional. Esboçamos, também, a geopolítica na escala intra-urbana, ou seja, ao nível do local, resgatando seus antecedentes históricos, o papel do Estado e de outros agentes e atores sociais na geopolítica urbana.

Por último, considerando outras escalas de abordagem do problema, destacamos os recuos, as resistências e o retorno do processo da construção social de uma geopolítica urbana alternativa à geopolítica do Estado autoritário, no contexto de um processo de democratização questionável.

Em definitivo, pretendemos resgatar a importância de se discutir, re-contextualizando seus conceitos, uma dimensão tão cara e importante à (nossa) disciplina que é aquela relativa às relações do espaço com o poder, esboçando nítida geopolítica; e isto no sentido da busca da clarificação das relações sócio-territoriais que acontecem a partir do e no espaço geográfico.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, G.O. de. 1969. **Montebelo, os males e os mascates**. Recife: UFPE.

ANDRADE, M.C. de. 1979. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

BAILLY, A.; BEGUIN, H. 1982. **Introduction à la géographie humaine**. Paris: Masson.

BECKER, B.K. 1983. O uso político do território: questões a partir de uma visão de terceiro mundo. In: BECKER, B.K.; COSTA, R.H. da; SILVEIRA, C.B. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. 1988. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, n. especial, t. 2, p. 99-125.

BITOUN, J.; DROULERS, M. 1987. Geopolítica da cidade – primeiros apontamentos teóricos. In: **Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano**. Recife, Fundaj, 05 a 09 de outubro.

_____. 1989. Conflits municipaux et émergence de nouvelles territorialités dans la région métropolitaine de Recife. In: REVEL-MOUROZ, J. **Pouvoir local, régionalismes, décentralisation. Enjeux territoriaux et territorialité en Amérique Latine**. Paris: Credal/Iheal. (Collection travaux et mémoires de l'Iheal, n. 47/Série thèses et colloques, n. 3).

BRUNET, R. 1981. Usages de l'espace. *Non, repères pour le socialisme*, Paris, n. 8 juillet-août.

CASTILHO, C.J.M. de. 1992. A organização espacial da rede de ensino público municipal na cidade de Recife. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Departamento de Ciências Geográficas/Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 1994. Território e organização social. **Revista de Geografia**. Recife, v. 10, n. 1, p. 137-146.

_____. Os movimentos sociais urbanos e o processo de construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife: o resgate da importância dos movimentos de bairro. **Caderno de Geografia**. (no prelo).

CASTRO, I.E. de. 2005. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CEZAR, M. do C. 1985. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). **Caderno de Estudos Sociais**. Recife, v. 1, n. 2, p. 161-182.

COSTA, W.M. da. 1992. **Geografia política e geopolítica. Discursos sobre o território e o poder.** São Paulo: Edusp.

FOUCAULT, M. 1990. **Microfísica do Poder.** 9^a ed. Rio de Janeiro: Graal, (1979: primeira edição).

GOMES, P.C. da C. 2002. **A condição urbana. Ensaio de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, D. 1992. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 6^a ed. São Paulo: Edições Loyola.

LACOSTE, Y. 1986. Pourquoi l'analyse géopolitique des régions françaises. Avant-propos à: **Géopolitiques des Régions Françaises.** T. 1. Paris: Fayard.

MELO, M.A.B.C. 1985. A cidade dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920/1960). **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 45-66.

MOREIRA, F.D. 1992. Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 8, n. 2, p. 185-205.

RAFFESTIN, C. 1980. **Pour une géographie du pouvoir.** Paris: Litec.

REVEL-MOUROZ, J. 1989. Présentation du thème: pour une géopolitique régionale et urbaine. In: REVEL-MOUROZ, J. **Pouvoir local, régionalismes, décentralisation.** Enjeux territoriaux et territorialité en Amérique Latine. Paris: Credal/Iheal, (Collection travaux et mémoires de l'Iheal, n. 47/Série thèses et colloques, n. 3).

SANTOS, M. 1987. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec.

_____. 1996. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec.

SINGER, P. 1977. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 390p.

SOUZA, M.J.L. de. 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TOURAINÉ, A. 1988. **La parole et le sang. Politique et société en Amérique Latine**. Paris: Odile Jacob Ed.

UMA política inovadora de urbanização no Recife. 10 anos do Prezeis. Recife: Fase-NE, Etapas, Centro Josué de Castro, 1999.